

EMENDA Nº CE
(ao PLS nº 255, de 2017)

Acrescenta-se à redação do referido Projeto de Lei nº 255, de 2017, que trata da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 a seguinte emenda:

Art. 1º

“Art. 455-A. Em estabelecimentos que demandem trabalho intermitente, assim entendida a atividade com descontinuidade ou intensidade variável, as partes podem através de acordo ou convenção coletiva acordar que a prestação de trabalho seja intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

§ 1º Considera-se inatividade o período em que o empregado não estiver trabalhando e, nos termos definidos no art. 4º desta Consolidação, nem à disposição do empregador.

§ 2º Durante o período de inatividade:

- I – o empregado pode exercer outra atividade;
- II – ficam mantidos os direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho.

§ 3º O contrato de trabalho intermitente:

- I – destina-se à prestação de serviços nos períodos ou turnos de trabalho predeterminados; e
- II – não pode ser estipulado por prazo determinado ou em regime de trabalho temporário.

§ 4º As férias, 13º salário e verbas rescisórias serão calculados com base na média dos valores recebidos pelo empregado intermitente nos últimos 12 meses, ou no período de vigência do contrato, se este for inferior. ”

“Art. 455-B. O contrato de trabalho intermitente deve ser previsto em acordo ou convenção coletiva, e deve conter:

- I – o valor da hora de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função;
- II – determinação dos períodos ou turnos em que o empregado deverá prestar serviços;
- III – determinação dos locais da prestação de serviços.

§ 1º Em caso de chamadas do empregador para a prestação de serviço em dias, períodos ou turnos não previamente contratados, o empregador comunicará o empregado com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.



§ 2º O empregado poderá laborar durante o período de inatividade, para empregadores concorrentes, desde que previsto em acordo e convenção coletiva.

“**Art. 455-C.** É facultado ao empregado sob regime de trabalho intermitente celebrar, num mesmo período, outro contrato de trabalho intermitente ou outras modalidades de contrato de trabalho com outro empregador, desde que sejam compatíveis com as obrigações já assumidas em contrato escrito com um empregador.”

.....

XX. Revoga-se a redação do Art. 452-A na Lei nº 13.467, de 2017.

JUSTIFICATIVA

O contrato de trabalho intermitente é uma modalidade de acordo que permite a contratação, por hora, em escala móvel. Esse tipo de contrato é utilizado pela maioria dos países europeus, das Américas do Norte e do Sul. Foi instituído em função das necessidades laborais do setor produtivo, surgida a partir da demanda dos consumidores, que mudaram seus hábitos e padrões de consumo. Assim, esse tipo de arranjo legal busca preencher uma lacuna e visa a atender precipuamente àquelas empresas que não necessitam da presença do trabalhador durante as quarenta e quatro horas semanais, situação muito comum no ramo de restaurantes e de diversos serviços, cuja frequência de clientes não é uniforme ao longo da semana, meses ou durante o ano.

Entretanto, a fim de se aperfeiçoar tão meritório projeto, algumas modificações se fazem necessárias.

A primeira objetiva dar maior segurança jurídica ao se definir e circunscrever o conceito da modalidade de trabalho intermitente, que pode ser caracterizado pela descontinuidade ou intensidade variável da jornada de trabalho, com a determinação, ainda, que essa modalidade de contrato não pode ser estipulada por prazo determinado ou em regime de trabalho temporário.

A segunda alteração visa adequar tal modalidade à Lei nº 13.467, de 2017, a chamada Reforma Trabalhista, fortalecendo o processo de negociação coletiva.

Por essas razões e para dar maior clareza ao texto que submetemos à deliberação esta Emenda ao PLS nº 255, de 2016.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR



SF/17747.66035-30